



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 924/1999

“ORÇA A RECEITA E FIXA A
DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE
2000 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”

O POVO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, por
seus representantes aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Lajinha, para o exercício de 2.000, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), e fica a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A RECEITA será realizada mediante arrecadação de tributos, taxas e outras receitas na forma da legislação em vigor, observando os seguintes desdobramentos:

RECEITA	VALOR	VALOR
RECEITAS CORRENTES		<u>5.008.000,00</u>
Receita Tributária	395.000,00	
Receita Patrimonial	41.000,00	
Receita Industrial	30.000,00	
Receita de Serviços	50.000,00	
Transferências correntes	4.346.000,00	
Outras Receitas Correntes	146.000,00	
		<u>992.000,00</u>
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	206.000,00	
Alienação de Bens	11.000,00	
Transferências de Capital	773.000,00	
Outras Receitas de Capital	2.000,00	
Total da Receita Estimada		6.000.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 3º - A DESPESA será realizada de acordo com a seguinte distribuição por Funções do Governo e por Unidades Orçamentárias:

DESPESAS POR ÓRGÃOS E UNIDADES

01.01 – Gabinete e Secretaria da Câmara	500.000,00
02.01 – Gabinete do Prefeito	480.500,00
02.02 – Assessoria Jurídica	560.000,00
03.01 – Gabinete do Secretário	47.000,00
03.03 – Depto. Secretaria Geral da Prefeitura	12.000,00
03.04 – Depto. Informática	13.000,00
03.05 – Depto. Compras e Licitações	11.000,00
04.01 – Gabinete do Secretário	68.000,00
04.02 – Depto. Cadastro, Fiscalização e Arrecadação	15.000,00
04.03 – Depto. De Cobrança	12.000,00
04.04 – Depto. De Tesouraria	119.000,00
04.05 – Depto. De Contabilidade	42.000,00
05.01 – Gabinete do Secretário	68.000,00
05.02 – Depto. De Educação	1.133.000,00
06.01 – Gabinete do Secretário	55.000,00
06.02 – Depto. Saúde e Assistência Social	1.140.000,00
07.01 – Depto. De Cultura, Esportes e Lazer	18.500,00
08.01 – Gabinete do Secretário	23.000,00
08.01 – Depto. Agricultura e Meio Ambiente	62.000,00
09.01 – Gabinete do Secretário	22.000,00
09.02 – Depto. Fiscalização e Manutenção de Obras e Urbanismo	667.000,00
10.01 – Secretaria Municipal de Recursos Humanos	32.000,00
11.01 – Reserva de Contingência	700.000,00
TOTAL	6.000.000,00

DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	500.000,00
02 - Judiciária	506.000,00
03 – Administração e Planejamento	844.500,00
04 – Agricultura	105.000,00
05 – Comunicações	45.500,00
06 – Defesa Nacional e Segurança Pública	36.000,00
08 – Educação e Cultura	1.419.500,00
09 – Energia e Recursos Minerais	5.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	151.000,00
11 – Indústria, Comércio e Serviços	105.000,00
13 – Saúde e Saneamento	772.000,00
15 – Assistência e Previdência	476.000,00
16 – Transporte	334.500,00
99 – Reserva de contingência	700.000,00
TOTAL	6.000.000,00

DESPESAS POR CATEGORIA

DESPESAS CORRENTES		<u>4.045.500,00</u>
Despesas de Custeio	3.135.500,00	
Transferências Correntes	1.270.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL		<u>894.500,00</u>
Investimentos	817.500,00	
Inversões Financeiras	51.000,00	
Transferências de Capital	26.000,00	

Art. 4º - No decorrer da execução orçamentária, fica o Prefeito Municipal autorizado a:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Realizar Operações de Crédito por Antecipação de Receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), da receita estimada, nos termos dos Arts. 165 e 167 da C.F.;

Abrir créditos suplementares até o limite de 80% (oitenta por cento) do Orçamento da Despesa, nos termos dos Arts. 7, itens I e II e 43 parágrafo 1º, itens I, II e III da Lei 4.320/64 de 17 de março de 1964;

Anular parcial e/ou totalmente dotações orçamentárias, como recurso à abertura de créditos adicionais, valendo-se, também, para o mesmo fim, do excesso de arrecadação se houver;

Fazer nos termos do inciso VI Art. 167 da Constituição Federal a transposição e remanejamento ou a transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender alterações estruturais e/ou funcionais da Administração.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.000.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS
DE NOVEMBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE.
(17-11-1999)

Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRINDADE

Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA